JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2022.09.13 06:25:34 -03'00'

COMPANHIA PALMARES HOTÉIS E TURISMO

CNPJ: 33.791.591/0001-11 - NIRE: 33.3.0011888-8

DEMONSTRAÇÃO DO BALANÇO PATRIMONIAL PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	31/12/2019	31/12/2018
ATIVO CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	37.265	12.908
Contas a receber	5	29.780	12.933
Estoques		2.714	3.853
Adiantamentos		1.411	712
Despesas antecipadas		718	479
Impostos a recuperar	6	1.675	2.698
Contas a receber–partes relacionadas	7	2.501	2.501
		76.064	36.084
ATIVO NÃO CIRCULANTE			
Depósitos judiciais	8	18.636	18.664
Impostos a recuperar	6	8.869	10.527
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	11.772	11.772
Outros créditos		-	3.357
Imobilizado	9	105.344	114.151
		144.621	158.471
TOTAL DO ATIVO		220.685	194.555
PASSIVO CIRCULANTE			
Fornecedores		6.850	2.549
Adiantamento de clientes	12	18.289	4.138
Obrigações trabalhistas		3.321	4.240
Tributos a recolher		1.313	654
Comissões de agências de viagens		384	462
Imposto de Renda e Contribuição Social		775	-
Outras contas a pagar	10	5.712	4.701
Dividendos a pagar	13	4.861	4.341
Contas a pagar–partes relacionadas	7	8.119	7.569
		49.624	28.654
PASSIVO NÃO CIRCULANTE			
Provisão para riscos	11	23.276	24.439
		23.276	24.439
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	13	132.984	132.984
Reserva de lucros	13	14.801	8.478
		147.785	141.462
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUÍDO		220.685	194.555

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (Em milhares de reais – R$, exceto resultado por ação)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	14	116.979	97.254
CUSTOS DAS VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS	15	(42.010)	(33.177)
LUCRO BRUTO		74.969	64.077
DESPESAS OPERACIONAIS			
Despesas com pessoal	15	(14.576)	(16.133)
Despesas gerais e comerciais	15	(51.618)	(32.879)
		(66.194)	(49.012)
RESULTADO FINANCEIRO			
Despesa financeira		(177)	(39)
Receita financeira		407	236
Variações monetárias e cambiais–líquida		(747)	(1.325)
		(517)	(1.129)
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		8.258	13.936
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	16	(1.415)	(4.761)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		6.843	9.175
Quantidade de ações – média ponderada		116.867	116.867
RESULTADO POR AÇÃO – em R$		0,06	0,08

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (Em milhares de reais – R$, exceto resultado por ação)

	31/12/2019	31/12/2018
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	6.843	9.175
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	6.843	9.175

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (Em milhares de reais – R$)

	Nota	31/12/2019	31/12/2018
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro antes do Imposto de renda e Contribuição Social		8.258	13.936
Imposto de renda e Contribuição Social		(1.415)	(4.761)
Lucro líquido do exercício		6.843	9.175
Baixas de bens do ativo imobilizado	9	1.833	-
Ajustes para conciliar o resultado do exercício:			
Depreciação e amortização	9	11.916	13.070
Reversão para crédito de liquidação duvidosa	5	(164)	(83)
Provisão para riscos	11	(1.163)	(11.792)
Perda (Ganho) de variação cambial não realizado		696	(470)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	-	4.761
REDUÇÃO (AUMENTO) NOS ATIVOS OPERACIONAIS			
Contas a receber		(16.683)	(3.405)
Estoques		1.139	(2.648)
Adiantamentos		(699)	(76)
Despesas antecipadas		(239)	94
Impostos a recuperar		6.039	(1.187)
Depósitos judiciais		28	43
Partes relacionadas		-	846
AUMENTO (REDUÇÃO) NOS PASSIVOS OPERACIONAIS			
Fornecedores		4.301	1.896
Adiantamento de clientes		14.151	2.141
Obrigações trabalhistas		(919)	813
Imposto de renda e contribuição social		775	-
Tributos a recolher		659	(1)
Comissões de agências de viagens		(78)	170
Outras contas a pagar		1.011	1.533
Partes relacionadas		549	2.474
Pagamento PERT	11	-	(9.405)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		29.994	7.949
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
Aquisições de bens do ativo imobilizado	9	(4.942)	(5.471)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(4.942)	(5.471)
AUMENTO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		25.052	2.478
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	12.908	9.960
Efeito cambial sobre o caixa e equivalentes		(696)	470
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	4	37.265	12.908

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018 (Em milhares de reais – R$)

	Nota	Capital social: Capital	Capital social: Ações em tesouraria	Reserva legal	Reserva de investimentos	Lucros (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017		133.085	(101)	-	-	(14.130)	118.254
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	-	9.175	9.175
Reserva Legal	13	-	-	459	-	(459)	-
Reserva de Investimento		-	-	-	8.019	(8.019)	-
Dividendo Mínimo Obrigatório		-	-	-	-	(697)	(697)
Absorção de Prejuízos	13	-	-	-	-	14.730	14.730
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018		133.085	(101)	459	8.019	-	141.462
Lucro Líquido do Exercício		-	-	-	-	6.843	6.843
Reserva Legal	13	-	-	342	-	(342)	-
Reserva de Investimentos		-	-	-	5.980	(5.980)	-
Dividendo Mínimo Obrigatório		-	-	-	-	(520)	(520)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019		133.085	(101)	801	13.999	-	147.785

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 E DE 2018 (Em milhares de reais – R$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES GERAIS: A Companhia Palmares Hotéis e Turismo S.A. ("Companhia ou Hotel") tem como objeto social a construção, ampliação, reforma, administração de hotéis, hotéis residenciais, condomínios, a sua plena exploração e operação industrial e comercial, a prática de atividades que se assemelham a esses fins, inclusive fornecimento de alimentos e bebidas, bem como a indústria e o comércio de hotelaria, gerenciamento e franquia, em todos os seus aspectos. A sede da Companhia fica no Estado e Cidade do Rio de Janeiro–RJ. Em fevereiro de 2019, o Hotel foi atingido por uma enchente ocasionada pelo deslizamento de uma encosta do Vidigal que afetou principalmente os equipamentos de manutenção, subestação elétrica, Bene restaurante, "Dry Bar", "Room service", "Sheratoons" e Piscinas, elevadores da garagem e de carga. Em dezembro de 2019 surgiram os primeiros casos de corona vírus na China, primeiramente considerado como um surto de COVID-19 o qual veio ser decretado como "pandemia pela OMS" em 11 março de 2020. O Hotel ficou fechado por 5 meses, de abril a agosto de 2020, retomando parcialmente suas operações em setembro de 2020, com apenas um restaurante para atendimento de hospedes e com uma ocupação média de setembro a dezembro de 21%. No ano de 2020, o Hotel seguiu trabalhando na recuperação das perdas estruturais ocorridas pelo alagamento em fevereiro de 2019 e até dezembro de 2019 a subestação elétrica, Bene Restaurante, Sheratons, Dry Bar, elevadores da garagem e de carga estavam fora de serviço. Atualmente o Hotel já teve 100% dos danos estruturais recuperados e já voltou a operar com 100% de sua capacidade. Até a emissão deste relatório, o Hotel vem a cada dia recuperando mais seu potencial de negócios e performando com ocupação média de 67,5% acumulada até Abril de 2022. 2. BASE DE APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS: a) Declaração de conformidade: As demonstrações contábeis da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000), em consonância com a Lei das Sociedades por Ações, bem com as normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis–CPC – PME (Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas). As demonstrações contábeis ora apresentadas, foram preparadas pela Administração no pressuposto normal de continuidade das operações, que pressupõe a realização e recuperação dos ativos e a liquidação das obrigações no curso normal dos negócios da Companhia. A Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvida significativa sobre a continuidade da Companhia. A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão. b) Data de aprovação das demonstrações contábeis: A autorização de emissão destas demonstrações contábeis foi aprovada pela Diretoria em 30 de maio de 2022. c) Base de mensuração: As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos. Os direitos realizáveis e as obrigações exigíveis até 12 meses subsequentes à data de encerramento das demonstrações contábeis estão classificados como ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os ativos e passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores de realização e exigibilidade, respectivamente, e contemplam as variações monetárias, bem como os rendimentos e encargos auferidos ou incorridos, quando aplicável, reconhecidos em base "pro rata temporis", até a data de encerramento das demonstrações contábeis. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação organizada entre participantes do mercado na data de mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração. O valor justo para fins de mensuração e/ou divulgação nestas demonstrações contábeis é determinado nessa base. d) Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional e corresponde ao ambiente econômico de atuação da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. As operações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, na qual os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio das datas dos balanços, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado (acrescentados ao custo dos ativos não circulantes até a data em que estiverem prontos para uso ou venda pretendida). 3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS ADOTADAS: As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações contábeis. a) Instrumentos financeiros: Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos. Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão de ativos e passivos financeiros (exceto por ativos e passivos financeiros reconhecidos ao valor justo por meio do resultado) são acrescidos ao ou deduzidos do valor justo dos ativos ou passivos financeiros, se aplicável, no reconhecimento inicial. Os custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são reconhecidos imediatamente no resultado. Classificação dos ativos e passivos financeiros: Todos os ativos financeiros reconhecidos são subsequentemente mensurados na sua totalidade ao custo amortizado ou ao valor justo, dependendo da classificação dos ativos financeiros. Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao custo amortizado: • O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros a fim de coletar fluxos de caixa contratuais; e • Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Os instrumentos da dívida que atendem às condições a seguir são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: • O ativo financeiro é mantido em um modelo de negócios cujo objetivo é atingido ao coletar fluxos de caixa contratuais e vender os ativos financeiros; e • Os termos contratuais do ativo financeiro geram, em datas específicas, fluxos de caixa que se referem exclusivamente a pagamentos do principal e dos juros incidentes sobre o valor do principal em aberto. Em geral, todos os outros ativos financeiros são subsequentemente mensurados ao valor justo por meio do resultado. Todos os passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva ou ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados ao valor justo por meio do resultado quando o passivo financeiro for (i) uma contraprestação contingente de um comprador em uma combinação de negócios, (ii) mantido para negociação, ou (iii) designado ao valor justo por meio do resultado. Em geral, todos os outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados ao custo amortizado pelo método da taxa de juros efetiva. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros: A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas ("PCE") sobre investimentos em instrumentos da dívida mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, valores a receber de arrendamento, valores a receber de clientes e ativos de contrato, bem como contratos de garantia financeira. A Companhia sempre reconhece a PCE durante a vida útil para contas a receber, ativos de contrato e valores a receber de arrendamento. As perdas de crédito esperadas sobre esses ativos financeiros são estimadas usando a experiência de perda de crédito histórica da Companhia, ajustada com base em fatores específicos aos devedores, nas condições econômicas gerais e na avaliação das condições atuais e projetadas na data do relatório, incluindo o valor da moeda no tempo, quando aplicável. Para todos os outros instrumentos financeiros, a Companhia reconhece a PCE durante a vida útil quando há um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial. Porém, se o risco de crédito sobre o instrumento financeiro não tiver aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial, o Grupo mensura a provisão para perdas para aquele instrumento financeiro em um valor correspondente à PCE do período de 12 meses. A PCE durante a vida útil representa as perdas de crédito esperadas decorrentes de qualquer evento de inadimplência possível durante a vida estimada de um instrumento financeiro. Por outro lado, a PCE do período de 12 meses representa a parcela da PCE durante a vida útil que deve resultar dos eventos de inadimplência de um instrumento financeiro que sejam possíveis em um período de 12 meses após a data de relatório. Baixa de ativos e passivos financeiros: A Companhia baixa um ativo financeiro apenas quando os ativos de contrato aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere o ativo financeiro e substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo para outra entidade. Se a Companhia não transfere ou retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade e continua a controlar o ativo transferido, a Companhia reconhece sua parcela retida no ativo e um correspondente passivo em relação aos valores que a Companhia pode ter que pagar. Se a Companhia retém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade de um ativo transferido, a Companhia continua a reconhecer o ativo financeiro e reconhece ainda um empréstimo garantido em relação aos recursos recebidos. A Companhia baixa um passivo financeiro se, e apenas se, suas obrigações são retiradas, canceladas ou quando elas vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contraprestação paga e a pagar é reconhecida no resultado. A Companhia contabiliza a modificação substancial dos termos e as condições de um passivo existente, ou parte dele, como liquidação do passivo financeiro original e baixa do novo passivo. b) Caixa e equivalentes de caixa: Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários à vista e investimentos temporários de curto prazo, considerados de liquidez imediata e conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data de encerramento de cada exercício, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização. c) Contas a receber: Representam direitos a cobrar de terceiros e originam-se do curso normal das operações da Companhia. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo de acordo com as condições contratadas e ajustados pelos montantes estimados de eventuais perdas. A Companhia tem uma política para a constituição da Provisão Estimada de Crédito de Liquidação Duvidosa (PECLD) onde é calculado 3% sobre a média dos últimos 12 meses do saldo de clientes (exceto cartões de crédito). d) Estoque: Referem-se a alimentos, bebidas e outros itens necessários ao atendimento dos hóspedes durante sua estada ou à realização de eventos e são avaliados com base no custo médio de aquisição, que não excede o seu valor realizável líquido. e) Imobilizado: Reconhecimento e mensuração: Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável ("impairment"). Depreciação: Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso ou, a partir do dia em que a construção é finalizada. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas dos itens significativos do ativo imobilizado para o exercício corrente e exercícios comparativos são as seguintes:

Edifícios	25 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Veículos	5 anos

f) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (impairment): Ativos não financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação da recuperabilidade de ativos (impairment). Estes ativos financeiros são considerados ativos não recuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado negativamente o fluxo estimado de caixa futuro do investimento. A cada encerramento do exercício, a Companhia revisa os saldos dos ativos, avaliando a existência de indicativos de que esses ativos tenham sofrido redução ao seu valores de recuperação (valor em uso). Na existência de tais indicativos, a Administração efetua uma análise detalhada do valor recuperável para cada ativo através do cálculo do fluxo de caixa futuro individual descontado a valor presente, ajustando o saldo do respectivo ativo, se necessário. g) Provisões: **(i) Geral:** Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia e suas controladas tenham uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado. **(ii) Contingências:** As provisões para ações judiciais (trabalhista, civil e tributária) são reconhecidas quando: a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança. Os passivos contingentes são avaliados pela Administração com o apoio dos assessores legais da Companhia, onde aqueles considerados como provável o risco de perda, e quanto os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, são provisionados nas demonstrações contábeis e os de perda possível, desde que relevantes, são divulgados nas notas explicativas. h) Reconhecimento da receita: As receitas de diárias e serviços hoteleiros tais como venda de alimentos e bebidas, aluguéis de salões e eventos, utilização de internet, telefone, estacionamento e lavanderia são mensuradas ao valor justo e reconhecidas no resultado quando: (a) o montante da receita puder ser mensurado com confiabilidade; (b) é provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia; e (c) custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade. A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao hóspede e outras deduções similares. i) Imposto de renda e contribuição social: A Companhia apura o imposto de renda e a contribuição social com base no regime de Lucro real. O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende o imposto corrente. O imposto corrente é reconhecido no resultado. j) Imposto Diferido: A Companhia constituiu imposto diferido ativo sobre as adições e exclusões temporárias e prejuízos fiscais considerando seu histórico de lucratividade e expectativas futuras de lucratividade. O cálculo é efetuado considerando a alíquota de 34% que é o somatório das alíquotas do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido. k) Estimativas contábeis: A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. Itens específicos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a vida útil, econômica e o valor residual do imobilizado, provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa e provisão para riscos. l) Normas e interpretações novas ou revisadas: Aplicação das normas e interpretações novas ou revisadas que passaram a ser aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2019: a) IFRS 16–Arrendamento Mercantil b) IFRIC 23–Incerteza sobre o tratamento do imposto de renda. c) Modificações às IFRS 3 e 11 e às IAS 12 e 23–Ciclo anual de melhorias 2015 – 2017. d) Modificações à IFRS 9–Instrumentos financeiros (pré-pagamento com compensação negativa). e) Modificações à IAS 28–Investimentos de longo-prazo em associadas e empreendimentos conjuntos. f) Modificações à IAS 19 – Emendas, Corte ou Liquidação do Plano. A Companhia não adotou de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2019 e de 2018. É esperado que nenhuma dessas novas normas tenha efeito material sobre as demonstrações contábeis. Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2022, conforme segue: • 1º de janeiro de 2022–Contratos onerosos – custo de cumprimento de um contrato (alterações ao NBC TG 25 (R1) /IAS 37); • 1º de janeiro de 2022–Ciclo anual de melhorias às normas IFRS 2018-2020 (alterações ao IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41); • 1º de janeiro de 2022 – Imobilizado – Receitas antes do uso pretendido (alterações ao NBC TG 27 (R4) /IAS 16); • 1º de janeiro de 2022–Referências à estrutura conceitual (alterações ao NBC TG 15/IFRS 3); • 1º de janeiro de 2023–Classificação de passivo como circulante e não circulante (alterações ao NBC TG 26 (R4) /IAS 1 e NBC TG 23/IAS 8); • 1º de janeiro de 2023–IFRS 17 Contratos de Seguro, e alterações à IFRS 17 Contratos de Seguro. j. Demonstração dos Fluxos de Caixa As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2).

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	31/12/2019	31/12/2018
Caixa	153	200
Bancos	10.868	4.415
Aplicação financeira (a)	26.244	8.293
	37.265	12.908

a) As aplicações financeiras são feitas no Banco Bradesco (CDB) e o rendimento destas estão atrelados ao CDI, o rendimento foi de 95% em média da taxa do CDI em 31 de dezembro de 2019 (95% em 31 de dezembro de 2018). Estas aplicações são de liquidez imediata, tem conversibilidade em montante conhecido de caixa, estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e são mantidas com a finalidade de atender aos compromissos de caixa de curto prazo.

5. CONTAS A RECEBER	31/12/2019	31/12/2018
Hóspedes na casa	1.305	1.211
Contas a receber–clientes	8.590	11.655
Outros (a)	20.049	395
(-) Provisão estimada para crédito de liquidação duvidosa	(164)	(328)
	29.780	12.933

Apresentamos a seguir uma análise de vencimento da carteira de clientes consolidada em 31 de dezembro de 2019:

	31/12/2019	31/12/2018
A vencer	4.128	4.485
Até 30 dias	727	2.353
Cartão de crédito parcelado	4.556	5.367
Entre 31 e 60 dias	83	258
Entre 61 a 90 dias	33	87
Entre 91 a 120 dias	4	67
Acima de 120 dias	20.413	644
	29.944	13.261

	31/12/2019	31/12/2018
Saldos iniciais	(328)	(411)
(-) Baixa por perda na recuperação de créditos	164	83
Saldos finais	(164)	(328)

Neste item está registrado os valores a receber do seguro referente ao sinistro de alagamento ocorrido em fevereiro 2019.

6. IMPOSTOS A RECUPERAR	31/12/2019	31/12/2018
Circulante		
Impostos a recuperar	1.675	1.997
Imposto de renda e contribuição social	-	701
	1.675	2.698
Não circulante		
PIS a Recuperar LC 07-70 (i)	4.495	6.153
PIS e COFINS a Recuperar (ii)	4.374	4.374
	8.869	10.527

(i) Até 1988, a Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) era definida pela Lei Complementar nº 07/70, que determinava o cálculo do referido tributo à alíquota de 0,75% sobre o faturamento do sexto mês anterior ao pagamento da contribuição. Em 1988, o Governo promulgou os Decretos-Lei nº 2.445/88 e nº 2.449/88, modificando a base de cálculo, alíquota e data de vencimento do PIS. No entanto, em 1993, os referidos Decretos-Lei foram considerados inconstitucionais pelo Supremo Tribunal Federal, sendo anulados plenamente depois de dois anos pelo Senado, mediante a Resolução nº 49/95. Com base nesses fatos, a Companhia obteve, por meio de Medida Cautelar e Ação Ordinária, a autorização para depositar em juízo as contribuições do PIS, a suspensão da exigibilidade do crédito tributário e o reconhecimento do direito à compensação do PIS pago a maior com os valores dessa contribuição devida nos períodos subsequentes, corrigido monetariamente. Conforme decisão judicial da 24ª Vara Federal, o mesmo reconheceu o crédito em favor da Companhia relativo ao PIS pago a maior na forma dos DL-2245/2249. Em dezembro de 2017, a Companhia efetuou um pedido de habilitação do crédito junto a receita federal para restituição do valor descrito. Em maio de 2018, foi deferido o pedido de compensação em favor da Companhia. A partir da data do deferimento, o valor do processo é atualizado mensalmente pela taxa SELIC e está sendo compensado com impostos federais. (ii) A Companhia efetuou recolhimentos da contribuição do PIS, relativa aos meses de fevereiro de 1999 a novembro de 2002, e da COFINS, no período compreendido entre os meses de fevereiro de 1999 a janeiro de 2004, com base na sistemática definida pela Lei nº 9.718/98, ou seja, considerando, além do faturamento, todas as demais receitas auferidas pela pessoa jurídica (receita bruta). Em 2005, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou inconstitucional o artigo da Lei nº 9.718/98 que ampliou o conceito de faturamento para a totalidade das receitas auferidas pela pessoa jurídica. A Companhia ingressou com medida judicial específica para usufruir dos efeitos da decisão do STF, recuperando os valores recolhidos de acordo com a sistemática apontada como inconstitucional. 7. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS: Operações com empresas ligadas: Em 31 de dezembro de 2019 existiam as seguintes operações com sociedades ligadas e outras partes relacionadas: Partes relacionadas com propriedades da rede

	Ativo 31/12/2019	Ativo 31/12/2018	Passivo 31/12/2019	Passivo 31/12/2018
Starwood Hotels and Resorts Worldwide(a)	-	-	5.326	5.325
Starwood Latin America Inc. (LA Div Exp)(b)	1.790	1.790	-	-
L.A. Divisional Expense-Rio(a)	-	-	980	1.049
Starwood Res. Corp. (c)	-	-	626	626
Preferred Guest Inc. (d)	711	711	-	-
Marriott International (e)	-	-	1.187	569
	2.501	2.501	8.118	7.569

(a) Inclui principalmente a despesa de "License Fee" que se refere a obrigações com a Marriott International relativo a contrato de licença de uso da marca "Sheraton", averbado no INPI. Atualmente os valores a pagar são mantidos no saldo de partes relacionadas, licenças de sistemas da marca, "restrick stocks", etc. (b) Refere-se a impostos, taxas, remuneração dos diretores, reembolsos de despesas do escritório de vendas em São Paulo (GSO). (c) Refere-se ao reembolso de despesas da área de venda das marcas de luxo da Marriott. (d) Refere-se ao "Reservation Fee", além das despesas dos "fees" de utilização dos softwares de reservas. (e) Refere-se ao Starwood Preferred Guest–SPG (nota explicativa nº 10). As operações com partes relacionadas não possuem prazo de vencimento e não sofrem incidência de encargos ou qualquer taxa de remuneração. 8. DEPÓSITOS JUDICIAIS: Refere-se a depósitos efetuados judicialmente relativos a processos de natureza fiscal, civil e trabalhista conforme quadro abaixo:

	31/12/2019	31/12/2018
Tributário (i)	18.286	18.358
Trabalhista	350	306
	18.636	18.664

(i) Do total, a Companhia possui R$15.283 de depósito judicial referente a 40% do valor do IPTU dos anos de 2008 a 2016 (referente a redução de 40% que trata a Lei Municipal 3895/1998). Como resultado da Lei 5.546 promulgada em janeiro de 2013, uma parte significativa dos juízos em disputa com a Prefeitura foram quitadas, demonstrando que a Companhia não tinha dívida e, portanto, a Companhia tem o direito de ser beneficiária dos 40% acima mencionados. Em janeiro de 2021, o processo foi extinto devido a decisão judicial que considerou que os valores são devidos e com isso, os depósitos foram utilizados como pagamento. 9. IMOBILIZADO

Descrição	Valor residual 31/12/2018	Aquisições	Baixas	Transferências	Depreciação	Valor residual 31/12/2019
Terrenos	2.374	-	-	-	-	2.374
Edificações	2.966	-	(20)	-	(1.850)	1.096
Benfeitorias	75.945	-	(996)	2.706	(3.810)	73.845
Inst. e maquinário	7.905	-	(241)	1.339	(1.322)	7.681
Móveis e utensílios	21.113	-	(576)	(14)	(4.376)	16.147
Veículos	-	-	-	-	-	-
Informática	1.156	-	-	306	(558)	904
Obras em andamento	2.692	4.942	-	(4.337)	-	3.297
	114.151	4.942	(1.833)	-	(11.916)	105.344

Descrição	Valor residual 31/12/2017	Aquisições	Baixas	Transferências	Depreciação	Valor residual 31/12/2018
Terrenos	2.374	-	-	-	-	2.374
Edificações	8.075	-	-	-	(5.109)	2.966
Benfeitorias	76.713	-	-	2.622	(3.390)	75.945
Inst. e maquinário	8.331	-	-	322	(748)	7.905
Móveis e utensílios	24.697	14	-	67	(3.665)	21.113
Veículos	-	-	-	-	-	-
Informática	968	-	-	346	(158)	1.156
Obras em andamento	592	5.457	-	(3.357)	-	2.692
	121.750	5.471	-	-	(13.070)	114.151

10. OUTRAS CONTAS A PAGAR	31/12/2019	31/12/2018
Bônus (i)	1.263	1.327
Marriott BonVoy (ii)	90	31
Provisões Foro (iii)	2.118	1.578
Provisões de Marketing	277	409
Provisões Auditoria Externa	196	196

JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Assinado de forma digital por JORNAL DIARIO DO ACIONISTA LTDA:26530904000112
Dados: 2022.09.13 06:26:02 -03'00'

COMPANHIA PALMARES HOTÉIS E TURISMO

CNPJ: 33.791.591/0001-11 - NIRE: 33.3.0011888-8

Provisões Impostos Retidos	365	291
Provisões Despesas Operacionais	309	82
Provisões NSO	123	-
Provisões Sindicato	96	77
Outros	875	710
	5.712	4.701

(i) Bônus: Corresponde a premiação efetuada pela Marriott para os executivos (Comitê Executivo e Gerência Geral) vinculados ao atendimento de metas, sendo que 50% são em função do resultado financeiro alcançado pela Companhia, e 50% na satisfação dos hospedes e associados. (ii) Marriott Bonvoy: Refere-se ao programa de fidelidade cujo objetivo é incrementar a receita e a fidelização dos clientes por meio de benefícios, como redução de tarifas, oferecimento de uma categoria superior de quarto, ou até estadas grátis, a partir da pontuação obtida pela utilização de alguns serviços oferecidos pelas redes de hotéis Marriott. O aumento da fatura se dá pelo acúmulo de pontos a cada estada ao qual temos os Transactions que são os créditos na conta do passivo que geram um contas a pagar à Marriott. Já a redução se dá quando o hóspede decide pagar a estada com pontos. Isso gera os "awards" que são débitos na conta do passivo que geram um contas a receber nesta conta. A diferença entre os "transactions" mensais e os "awards" são pagos à Marriott. (iii) Provisões Foro: Refere-se a taxa incidente para imóveis que estão situada em área litorânea denominado "terrenos de marinha". O Decreto nº 3.438/41 denomina que a área em uma profundidade de 33 metros, medidos para a parte de terra, do ponto em que se passava a linha do preamar média de 1831 são considerados "terrenos de marinha". Portanto, o imóvel da Companhia, por está situado em área litorânea, recolhe, anualmente, para União, a taxa de foro. 11. PROVISÃO PARA RISCOS: A Administração da Companhia e seus consultores jurídicos externos julgam que os processos de contencioso trabalhista e cíveis possuem prováveis riscos de representarem perdas financeiras e, ainda, reconhece que está suficientemente coberta quanto a eventuais perdas financeiras relevantes associadas aos processos tributários.

	31/12/2018	Adi-ções	Transfe-rências	Rever-sões	Pagamen-tos	31/12/2019
Trabalhistas (i)	1.424	244	-	(1.407)	-	261
Tributários (ii)	23.015	-	-	-	-	23.015
	24.439	244	-	(1.407)	-	23.276

	31/12/2017	Adi-ções	Transfe-rências	Rever-sões	Pagamen-tos	31/12/2018
Trabalhistas (i)	1.178	363	-	-	(117)	1.424
Tributários (ii)	44.458	-	(324)	(11.831)	(9.288)	23.015
	45.636	363	(324)	(11.831)	(9.405)	24.439

(i) Os processos trabalhistas referem-se principalmente a reclamações e cobrança de horas extras e danos morais. (ii) Os processos tributários referem-se a:

	31/12/2019	31/12/2018
IPTU (a)	15.283	15.283
Imposto de Renda (b)	1.159	1.159
FORO e PIS/COFINS (b)	1.931	1.931
Outros	4.642	4.642
	23.015	23.015

a) Refere-se à redução de 40% do valor do IPTU a pagar pela Companhia, conforme detalhado na nota explicativa nº 8. Em 2017 o novo acionista da Companhia reavaliou o risco relacionado a essa discussão para os anos base de 2005 até 2007, cujos valores não foram depositados em juízo, e decidiu efetuar o respectivo pagamento do valor em discussão para esse período no montante de R$9.552. Em janeiro de 2021, o processo foi extinto devido a decisão judicial que considerou que os valores são devidos e com isso, os depósitos foram utilizados como pagamento. b) A lei nº 13.496/2017 instituiu o Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), que possibilitava que as empresas com débitos vencidos ou em discussão judiciais parcelassem e regularizassem tais débitos com descontos de multa e juros. A Companhia optou por aderir ao respectivo programa. O montante total de impostos e contribuições que a Companhia optou por aderir ao PERT foi de R$24.348. No Programa Especial de Regularização Tributária (PERT) foram incluídos débitos não inscritos em dívida ativa (administrados pela Receita Federal do Brasil) e inscritos em dívida ativa (administrados pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional). Os débitos/discussões relacionados a Imposto de Renda estão relacionados a glosa de despesa pela RFB (2007), PER/DCOMPs não homologadas (2007 a 2013) e multa isolada pelo não recolhimento de estimativa de IRPJ/CSLL (2015). Os débitos/discussões previdenciários (INSS) referem-se aos pagamentos de taxa de serviço destinada os funcionários. A taxa de FORO refere-se à atualização da taxa com índice superior a correção monetária as decisões do TRF2 e STJ e o PIS/COFINS refere-se a PER/DCOMPs não homologadas. Em 2017 a Companhia efetuou o pagamento equivalente a aproximadamente a 5% do montante total que foi aderido ao PERT e o saldo remanescente com os descontos de multa e juros em parcela única em janeiro de 2018. Sendo assim, foi feita a reversão R$11.831 da provisão de contingências realizada em 2017, o saldo em 31 de dezembro de 2019 é de R$7.732 referente aos processos ainda não consolidados pela RFB e os processos não elegíves para adesão ao REFIS. 12. ADIANTAMENTO DE CLIENTES: Refere-se aos adiantamentos recebidos pela Companhia por conta do futuro fornecimento da prestação de serviço, conforme quadro abaixo:

	31/12/2019	31/12/2018
Recebimentos Antecipados	1.509	2.032
Depósito Seguro (i)	15.880	-
Depósitos a Classificar	850	2.056
Depósito Companhia Aérea	50	50
	18.289	4.138

(i) Valor referente ao reembolso do seguro pelo alagamento ocorrido em Fevereiro 2019. A Companhia tem seus bens segurados com a Zurich Seguros. Os valores totais cobertos para danos materiais e lucros cessantes totalizam R$ 220 milhões e tem sua vigência até 31/03/2020 com renovação anual. Os bens danificados pelo alagamento tiveram seus valores 100% cobertos pelo seguro. (ii) Até Dezembro de 2019 a subestação elétrica, Bene Restaurante, Sheratons, Dry Bar, elevadores da garagem e de carga estavam fora de serviço. Até a emissão deste relatório os danos foram estimados em R$87 milhões dos quais R$74 milhões já foram recebidos. 13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: Capital social: O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2019 é de R$132.984 dividindo-se em 116.686.922 entre ações ordinárias e preferenciais conforme quadro abaixo, com valor nominal de R$1.139,67 (lote de mil ações). A composição do capital social em 31 de dezembro 2018 está demonstrada a seguir:

Acionistas	Ordinárias	Preferenciais
Residentes no país	-	206.270
Residentes no exterior	81.639.940	34.840.712
	81.639.940	35.046.982

(i) Ações ordinárias: Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redutores do patrimônio líquido. Efeitos de impostos relacionados aos custos dessas transações estão contabilizadas conforme o CPC 32 / IAS 12. (ii) Ações preferenciais: Ações preferenciais não resgatáveis são classificadas no patrimônio líquido, pois o pagamento de dividendos é discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro do Grupo e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas do Grupo. Reserva legal: De acordo com o Art. 193 da Lei das Sociedades por Ações, essa reserva é constituída com base em 5% do lucro líquido de cada exercício, e não deve exceder 20% do capital social realizado ou 30% do capital social realizado acrescido das reservas de capital. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízos ou aumentar o capital, não podendo ser distribuída como dividendos. O saldo da reserva legal da Companhia é R$ 342 em 31 de dezembro de 2019. Dividendos a pagar: Conforme o Estatuto Social, por deliberação da diretoria, foi destinado como dividendos o montante mínimo obrigatório de 8% do lucro líquido do exercício, após destinação para a reserva legal, findo em 31 de dezembro de 2019 no valor de R$ 520 (R$ 697 em 31 de dezembro de 2018).

Lucro do exercício	6.843
Reserva legal (5%)	(342)
Dividendo mínimo obrigatório	520

14. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	31/12/2019	31/12/2018
Receita com apartamentos	58.866	69.092
Receita com alimentos	18.137	17.888
Receita com bebidas	5.945	8.047
Outras receitas de alimentos e bebidas	4.085	4.553
Receita departamentos menores	1.541	1.716
Receita de telefonia e internet	34	83
Receita com aluguéis	713	907
Outras receitas (i)	33.313	2.459
Receita bruta	122.634	104.745
ISS	(566)	(2.854)
ICMS	(569)	(577)
COFINS	(3.715)	(3.327)
PIS	(805)	(733)
Deduções da receita	(5.655)	(7.491)
Receita operacional líquida	116.979	97.254

(i) Na linha de Outras receitas foi registrada a receita de R$ 26,2 milhões referente a indenização do seguro na interrupção de serviços que foi apurado e pago até 31 de dezembro de 2019. O sinistro ocorreu no hotel em fevereiro de 2019 devido a um alagamento, onde o hotel teve sua operação suspensa por quase 2 meses e com seu retorno em 28/03/2019, mesmo com alguns pontos de venda fora de serviço devido ao sinistro. 15. INFORMAÇÕES SOBRE A NATUREZA DAS DESPESAS RECONHECIDAS NA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO: A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas com base na sua função. As informações sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Materiais de consumo utilizados (alimentos e bebidas)	(7.320)	(6.814)
Suprimentos para hóspedes	(6.976)	(1.677)
Produtos de limpeza	(1.620)	(1.290)
Custo com pessoal	(26.094)	(23.737)
Despesas com pessoal	(14.576)	(16.133)
Despesas com comissão	(2.859)	(2.859)
Serviços contratados	(4.001)	(2.565)
"License Fee"	(575)	(539)
Despesas com utilidades	(8.857)	(9.166)
Despesas com manutenção e reparos	(3.287)	(2.773)
Despesas com depreciação e amortização	(11.917)	(13.070)
Provisão para riscos	-	11.832
Despesas com impostos e taxas	(6.362)	(6.040)
PIS	213	256
COFINS	982	1.232
Seguro	(979)	(540)
Manutenção de Software	(1.290)	(1.153)
Reservation Fee	(2.076)	(2.853)
Outros	(10.610)	(4.300)
Total	(108.204)	(82.189)
Classificadas como:		
Custos das vendas e serviços prestados	(42.010)	(33.177)
Despesas com pessoal	(14.576)	(16.133)
Despesas gerais e comerciais	(51.618)	(32.879)
Total	(108.204)	(82.189)

16. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL: A reconciliação entre a despesa de imposto de renda e de contribuição social pela alíquota nominal e pela efetiva está demonstrada a seguir:

	31/12/2019	31/12/2018
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	8.258	13.936
Alíquota nominal	34%	34%
Despesas de IRPJ e CSLL às alíquotas oficiais	(2.807)	(4.738)
Ajustes para apuração do IRPJ e CSLL:		
Efeitos diferenças temporárias	(55)	-
Despesas não dedutíveis e outras	(2)	(23)
Utilização de Prejuízo Fiscal (30%)	859	-
Adicional 10%	24	-
Total IRPJ e CSLL	(1.980)	(4.761)
Taxa efetiva	23,97%	34,16%
Corrente	(1.980)	(4.761)
Diferido	804	-
Total	(1.176)	(4.761)
Receitas (despesas) IRPJ e CSLL reconhecidas no resultado	(1.415)	(4.761)
Receitas (despesas) IRPJ e CSLL não consideradas no resultado (i)	239	-
Total	(1.176)	(4.761)

Saldo Histórico do Imposto Diferido: A companhia consitituiu até o ano de 2018, imposto diferido no valor de R$ 11.772 mil.

Adições e Exclusões Temporárias	
Variação Cambial não liquidada	597
Provisão Contingências	9.156
Provisão Foro	1.578
Provisão Marketing	409
Provisão Desp. Operacionais	974
Provisão Bônus	1.290
Provisão Diversas	710
Total	14.714
IRPJ e CSLL diferidos (34%)	5.003
Prejuízo fiscal	19.909
IRPJ e CSLL diferidos (34%)	6.769
Total IRPJ e CSLL diferidos	11.772

Em 31 de dezembro de 2019, a Companhia constituiu imposto diferido ativo sobre as adições e exclusões temporárias e prejuízos fiscais considerando seu histórico de lucratividade e expectativas futuras de lucratividade. Abaixo demonstra-se a variação do saldo das adições temporárias e prejuízo fiscal:

Adições e Exclusões Temporárias	
Variação Cambial não liquidada	(696)
Provisão Contingências	1.163
Provisão Foro	(540)
Provisão Marketing	131
Provisão Desp. Operacionais	(102)
Provisão Diversas	(118)
Total	(162)
IRPJ e CSLL diferidos (34%)	(55)
Prejuízo fiscal	2.527
IRPJ e CSLL diferidos (34%)	859
Total IRPJ e CSLL diferidos	804

(i) Os saldos do impostos corrente e diferido no resultado foram ajustados no exercício seguinte. O ajuste totalizou R$ 239 mil. 17. SEGUROS: A Companhia mantém seguros contra terrorismo e para riscos de responsabilidade civil e de perdas dos ativos, contratada com terceiros, cuja importância segurada em 31 de dezembro de 2019 totaliza R$591.731, para cobertura dos seus riscos operacionais.

Item	Tipo de cobertura	Importância segurada
Riscos nomeados	Quaisquer danos ao Edifício, Maquinário moveis e utensílios e mercadorias, tais como: terremoto, alagamento, enchentes. Apólice nº 01.96.9189317 vigência 31/03/2018 a 31/03/2019. Renovada para o periodo de 31/03/2019 a 31/03/2020.	219.711
Terrorismo	Quaisquer danos materiais e lucros cessantes decorrentes de tumulto, greves, comoção civil e atos dolosos causados aos bens e propriedade do assegurado. Apólice nº 08737.2018.01.0171.003697 vigência 01/04/2018 a 31/03/2019. Renovada para o periodo de 01/04/2019 a 01/04/2020	330.400
Automóvel Camry	Quaisquer danos de responsabilidade civil veículos, danos materiais, danos corporais acidentes pessoais para passageiro. Apólice nº 2037749 vigência 21/05/2018 a 21/05/2019. Renovada para o periodo de 21/05/2019 a 21/05/2020	Tabela FIPE
Pick up– Kombi	Quaisquer danos de responsabilidade civil a veículos, danos materiais, danos corporais acidentes pessoais para passageiro Apólice nº 2037749 vigência 21/05/2018 a 21/05/2019. Renovada para o periodo de 21/05/2019 a 21/05/2020	Tabela FIPE
Responsabilidade Civil	Quaisquer danos ao estabelecimento de hospedagem, aos empregados, riscos contingentes de veículos e guarda de veículos global, danos morais para as coberturas acima. Apólice nº 08737.2018.01.0351.001924 vigência 01/10/2018 a 01/10/2019	41.620
		591.731

Em fevereiro de 2019, o hotel foi atingido por uma enchente ocasionada pelo deslizamento de uma encosta do Vidigal que afetou principalmente os equipamentos de manutenção, subestação elétrica, Bene restaurante, "Dry Bar", "Room service", "Sheratoons" e Piscinas, elevadores da garagem e de carga. Até a emissão deste relatório os danos foram estimados em R$78 milhões. Não é parte do escopo do auditor independente a avaliação da adequação das coberturas de seguros contratados pela administração da Companhia. 18. INSTRUMENTOS FINANCEIROS: A Companhia não possui operações que envolvam instrumentos financeiros derivativos, sendo os instrumentos financeiros ativos e passivos registrados aos seus valores de negociação os quais se aproximam dos respectivos valores justos. Classificação dos instrumentos financeiros por categoria: A classificação dos ativos financeiros por categoria é a seguinte:

	31/12/2019		
Ativos financeiros	Custo amortizado	Valor justo por meio do resultado	Total
Bancos	-	11.021	11.021
Aplicações	-	26.244	26.244
Contas a receber	29.780	-	29.780
Adiantamentos	1.411	-	1.411
	31.191	37.265	68.456

	31/12/2018		
Ativos financeiros	Recebíveis	A valor justo por meio do resultado	Total
Bancos	-	4.615	4.615
Aplicações	-	8.293	8.293
Contas a receber	12.933	-	12.933
Adiantamentos	712	-	712
	13.645	12.908	26.553

Os principais passivos financeiros da Companhia são mensurados ao custo amortizado, conforme demonstrado abaixo:

	31/12/2019	31/12/2018
Passivos financeiros:		
Fornecedores	6.850	2.549
	6.850	2.549

O comparativo do valor justo com o valor contábil é o que segue:

	31/12/2019		31/12/2018	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos financeiros:				
Caixa e equivalentes de caixa	37.265	37.265	12.908	12.908
	37.265	37.265	12.908	12.908
Passivos financeiros:	6.850	6.850	2.549	2.549
Fornecedores	6.850	6.850	2.549	2.549

Gerenciamento de riscos: A Administração desses riscos é efetuada por meio da definição de estratégias elaboradas e aprovadas pela Administração da Companhia, não sendo realizadas operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos ou derivativos embutidos. A contratação e o controle de operações financeiras são efetuados através de critérios gerenciais periodicamente revisados que consideram requisitos de solidez financeira, confiabilidade e perfil de mercado da Companhia com a qual são realizadas. As taxas utilizadas são compatíveis com as do mercado. Hierarquia do valor justo: Os níveis de hierarquia do valor justo estão conforme definição de hierarquia do valor justo descrita a seguir, conforme o pronunciamento técnico CPC 40–Instrumentos Financeiros: Evidenciação. • Nível 1–avaliação com base em preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos nas datas dos balanços. Um mercado é visto como ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis a partir de uma bolsa de mercadorias e valores, um corretor, um grupo de indústrias, um serviço de precificação ou uma agência reguladora e aqueles preços representarem transações de mercado reais, as quais ocorrem regularmente em bases puramente comerciais. • Nível 2–utilizado para instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão), cuja avaliação é baseada em técnicas que, além dos preços cotados incluídos no nível 1, utilizam outras informações adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, direta (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços). • Nível 3–avaliação determinada em virtude de informações, para os ativos ou passivos, que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, informações não observáveis). Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Companhia possui apenas equivalentes de caixa mensurados a valor justo por meio do resultado, classificados como nível 2. Risco de mercado: *Exposição do risco da taxa de câmbio:* Esse risco decorre de a possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, especificamente o dólar americano, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado. Considerando que a taxa de câmbio do dólar americano em 31 de dezembro de 2018 fechou em R$3,87 e o cenário provável do dólar americano para o exercício a findar em 31 de dezembro de 2019, de acordo com o relatório Focus de 30 de setembro de 2019, emitido pelo Banco Central do Brasil, seria de R$4,00, a Companhia entende que a sua exposição ao risco da taxa de câmbio do dólar americano não é significativa. A tabela a seguir apresenta os saldos em dólar americano que a Companhia possui exposição em 31 de dezembro de 2019.

Transações moeda estrangeira	US$ mil
Banco	2,230
Contas a receber	113
Partes relacionadas	(1.307)
Total	1.036

Exposição do risco da taxa de juros: O risco inerente da taxa de juros das aplicações financeiras surge da possibilidade de existirem flutuações relevantes nas taxas de juros. A política de aplicações financeiras indexadas ao CDI mitiga parcialmente este efeito. Devido ao baixo risco associado as análises de sensibilidade não são representativas. As descrições dos outros riscos da Companhia são descritas a seguir: Risco de crédito e de aplicação dos recursos: O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais, incluindo depósitos em bancos e aplicações financeiras. Risco de liquidez: Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração da liquidez é de buscar, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. 19. EVENTOS SUBSEQUENTES: Em 16 de outubro de 2021, a seguradora concluiu pelo valor total do seguro referente ao alagamento um total de indenização deste sinistro de R$ R$ 87.223.879,36 (oitenta e sete milhões, duzentos e vinte e três mil, oitocentos e setenta e nove reais e trinta e seis centavos), já descontada a franquia de R$33.040.00 (trinta e três mil e quarenta reais), após 07(sete) adiantamentos que somam o quantia de R$74.089.441,36 (setenta e quatro milhões, oitenta e nove mil, quatrocentos e quarenta e um reais e trinta e seis centavos), a sendo a parcela final de indenização a quantia de R$ 13.134.438,00 (treze milhões, cento e trinta e quatro mil, quatrocentos e trinta e oito reais).

Diretora Financeira - Veronica Aparecida do Nascimento Nogueira; Contador - Marcus Vinicius Paiva Martins CRC RJ - 130173/O-8 ; Responsável Legal - Sintia Gomes Freire da Silva

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da **Companhia Palmares Hotéis e Turismo S.A.** Rio de Janeiro–RJ: **Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis da Companhia Palmares Hotéis e Turismo S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Palmares Hotéis e Turismo S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outros assuntos: Valores correspondentes:** Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, apresentados para fins de comparação, foram examinados por outros auditores, que emitiram relatório em 18 de novembro de 2019 sem modificação. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis as pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 – Contabilidade para pequenas e médias empresas) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões ˙econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais; • obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia; • avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração; • concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional; • avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificados durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 30 de maio de 2022. Marcio Romulo Pereira - CONTADOR - CRC RJ- 076774-O–7; Grant Thornton Auditores Independentes - CRC 2SP-025.583/O-1